**ENCONTRO NACIONAL DE REORDENAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

24 A 26 DE ABRIL DE 2018

BRASÍLIA/DF

O Encontro Nacional de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), em Brasília reuniu gestores dos 26 estados e do DF, CONGEMAS, CONSEAS, CNAS, membros do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e OSCs convidadas.

O foco do encontro foi o processo de reordenamento da política de acolhimento de crianças, adolescentes e jovens e os desafios para a inclusão desse público no Cadastro Único, criado em 2001. Enfatizou-se a expansão dos serviços de acolhimento familiar (famílias acolhedoras) no país e o esforço para efetivação do processo de reordenamento e de expansão qualificada de serviços alternativos de cuidado. Entre eles, destacou-se:

* Dos 1.268 municípios brasileiros que têm serviços de acolhimento, 1.127 estão realizando os Planos de Acolhimento segundo do MDS;
* Os serviços de acolhimento somam 2.063 abrigos institucionais e 757 famílias acolhedoras, responsáveis pelo acolhimento de 33.660 crianças e adolescentes acolhidos;
* A prioridade de investimento na prevenção do acolhimento com outras medidas de cuidado como a **Guarda subsidiada para família extensa ou ampliada**. Houve apresentação de experiências bem sucedidas pela equipe da Secretaria Municipal de Foz de Iguaçu e a de Diadema (SP) pela ACER Brasil.
* A necessidade de se repensar as Repúblicas para um efetivo trabalho com jovens que deixam o serviço de acolhimento na maioridade sem ter alcançado a necessária autonomia para a vida adulta;
* A necessidade de uma Nota técnica para o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM e os serviços de acolhimento, avaliando-se as experiências em curso que indicam problemas consideráveis no atendimento de adolescentes ameaçados de morte. O objetivo maior do PPCAAM é promover a proteção da vida de crianças e adolescentes em contextos de ameaça de morte, assegurando os seus direitos fundamentais, na perspectiva da proteção integral conforme determina o ECA. Consulte a apresentação: [**Programa de Proteção a Crianças  e Adolescentes Ameaçados de  Morte – PPCAAM**](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/unidades_acolhimento/Zuleica%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20PPCAAM%20-%20Acolhimento%20institucional.ppt)

No segundo dia do encontro foi realizada uma oficina com um **Grupo de Trabalho sobre a Guarda Subsidiada no SUAS,** cujos resultados nortearão o MDS para sua gradativa implementação em território nacional. Busca-se prevenir o acolhimento institucional ou familiar, investindo-se na família extensa ou ampliada com apoio econômico, orientação e acompanhamento sistemático, visando à reintegração familiar de crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados, contextualizando os motivos de acolhimento, de forma a não restringi-los à família.

O evento traçou um panorama do processo de qualificação da rede de serviços socioassistenciais por meio do Censo SUAS e pela Pesquisa e Aprimoramento da Rede SUAS, enfatizando a necessária integração entre os serviços e programas da proteção básica e especial (média e alta complexidade), com destaque para o trabalho com famílias pelo PAIF e PAEFI tanto na prevenção do rompimento de vínculos, quanto na promoção da reintegração familiar, em ações articuladas com os serviços de acolhimento e a rede territorial de atendimento.

Ter equipes completas, evitar a rotatividade de pessoal, estabelecer fluxos, garantir a capacitação continuada, desenvolver instrumentos de avaliação e monitoramento e ter orçamento são desafios e diretrizes para a aprimoramento do SUAS no país. Também, o são, as dificuldades federativas centradas nas relações intersetoriais e na falta de diálogo com o Sistema de Justiça.

Os avanços e os desafios do reordenamento dos serviços de acolhimento foram tratados em oficina específica **“Processo de Expansão e Reordenamento – Avanços e Desafios”**, com grupos de trabalho que analisaram os resultados do levantamento de informações sobre as dimensões de reordenamento, indicando estratégias que viabilizem a conclusão do processo de reordenamento das ações nas dimensões analisadas, para todos os municípios participantes. Destacou-se a atuação da gestão estadual junto aos municípios e o monitoramento das ações.

**A mesa redonda “Os desafios da legislação brasileira na proteção da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social”** integrada pelo Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária representado por Raum Batista (Terra dos Homens/ RJ) e Dayse Bernardi (NECA/SP); CNAS; Presidente do Fórum Nacional dos Juízes da Infância e da Juventude Dr. Sérgio Luiz debateram as iniciativas parlamentares de alteração do ECA na área protetiva e socioeducativa. Foi apresentado e discutido um Manifesto contrário ao PLS 364/2017 Estatuto da Adoção e demais PLs que tratam a adoção como política pública, bem como a proposta de rebaixamento da maioridade penal. Conheça o Manifesto clicando aqui.......

O ponto alto do evento foi o lançamento do **Plano Individual de Atendimento (PIA) e do ID Acolhimento.**

**O Indicador de Desenvolvimento das Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – ID Acolhimento** é um índice que conjuga vários indicadores de qualidade dos serviços de acolhimento, considerando três dimensões (Infraestrutura Física,Serviços,Recursos Humanos) conforme dados do Censo SUAS e que será utilizado para o monitoramento e a qualificação dos serviços de acolhimento diretos e conveniados com o poder público.

**O PIA** é um instrumento de avaliação e de planejamento das ações de cuidado e proteção a serem realizadas para viabilizar a proteção integral, a reinserção familiar e comunitária e a autonomia de crianças e adolescentes afastados dos cuidados parentais, sob medida de proteção, nos serviços de acolhimento. É uma estratégia de planejamento que, a partir do estudo aprofundado de cada caso, compreende a singularidade dos sujeitos e organiza as ações e atividades a serem desenvolvidas com a criança/adolescente e sua família durante e após o período de acolhimento.

O **Percurso de Elaboração deste Documento teve** inicio em 2013/ 2014 com levantamento de modelos de PIA já utilizados em algumas localidades do país e, a elaboração de uma primeira proposta de modelo de PIA pelo MDS que realizou oficina com especialistas e uma consulta pública em 2017 visando um modelo sintético para o instrumental que pudesse ser adaptado às realidades locais e que contivesse duas dimensões complementares: a avaliativa (partir do estudo de caso e das circunstancias do acolhimento) e a de planejamento de ações para a criança/adolescente acolhido e sua família. O trabalho culminou com a versão lançada neste Encontro Nacional

A versão final do **Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento** está organizada em dois blocos, sendo:

* **Bloco 1**: informações sobre a criança/adolescente, a família de origem (nuclear e extensa) e as circunstancias do acolhimento;
* **Bloco 2:** Plano de Ação organizado por áreas (documentação, situação jurídica, convivência familiar, convivência comunitária, desenvolvimento da criança/adolescente, saúde, educação,acesso a benefícios e inclusão em programas de transferência de renda, participação em serviços, programas,projetos,capacitação profissional/inserção no mundo do trabalho, protagonismo juvenil/ desenvolvimento da autoestima, esporte/cultura/lazer, relações de vinculo no serviço de acolhimento). **Inclui a avaliação e o monitoramento das ações planejadas.**

O NECA, membro do Grupo Gestor do MNPCFC participou deste percurso de elaboração e contribuiu para a construção do Caderno de Orientações do PIA que inclui o MODELO DE INSTRUMENTAL DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA) DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO **Acesse o Caderno de Orientações e o Modelo de PIA aqui** [**http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\_social/unidades\_acolhimento/Orientacoes%20Tecnicas%20para%20elaboracao%20do%20PIA\_IMPRESSAO.PDF**](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/unidades_acolhimento/Orientacoes%20Tecnicas%20para%20elaboracao%20do%20PIA_IMPRESSAO.PDF)

Duas representantes do Movimento receberam uma homenagem do Departamento de Proteção Social Especial do MDS em agradecimento às ações dedicadas ao aprimoramento e consolidação da Política de Assistência Social para que crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade sejam protegidas e tenham oportunidades reais de reintegração familiar ou reconstrução de novos projetos de vida: Dayse Cesar Franco Bernardi (NECA/SP) e Claúdia Vidigal (IFH/SP).

**(FOTOs)**

**As apresentações do encontro estão disponíveis no site do MDS. Consulte pelo link:**

[**http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/apresentacoes-do-encontro-nacional-de-reordenamento-do-servico-de-acolhimento-de-criancas-e-adolescentes-1**](http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/apresentacoes-do-encontro-nacional-de-reordenamento-do-servico-de-acolhimento-de-criancas-e-adolescentes-1)

*“O paradigma da parceira é premissa maior da interdisciplinaridade (...). Os profissionais que pretendem ‘interdisciplinar’ não são solitários, são parceiros. Os parceiros constroem um projeto coletivo de trabalho, com a intenção de revelar possibilidades, de acrescentar, consolidar, impulsionar e valorizar o pensar e o agir uns dos outros. Para isso, é indispensável ‘dar-se a conhecer’, ‘falar’, ‘dizer’ e rever as práticas individuais num contexto coletivo. (*alexandre.takaschima – CNJ)

**(FOTOs)**